

CURSO DE DIREITO DO TRABALHO

Para Lucília, Gabriela e Marina.

***Aos que acreditam, contribuindo para sua realização,
nas ideias de Justiça e Direito, inclusive em sua particularização
socialmente indispensável, o Direito do Trabalho.***

1ª edição – abril, 2002

1ª edição – 2ª tiragem – julho, 2002

1ª edição – 3ª tiragem – setembro, 2002

2ª edição – março, 2003

2ª edição – 2ª tiragem – abril, 2003

3ª edição – fevereiro, 2004

3ª edição – 2ª tiragem – abril, 2004

3ª edição – 3ª tiragem – julho, 2004

3ª edição – 4ª tiragem – novembro, 2004

4ª edição – janeiro, 2005

4ª edição – 2ª tiragem atualizada – julho, 2005

4ª edição – 3ª tiragem atualizada – outubro, 2005

5ª edição – fevereiro, 2006

5ª edição – 2ª tiragem – julho, 2006

6ª edição – janeiro, 2007

6ª edição – 2ª tiragem – julho, 2007

7ª edição – janeiro, 2008

7ª edição – 2ª tiragem – setembro, 2008

8ª edição – janeiro, 2009

9ª edição – fevereiro, 2010

10ª edição – janeiro, 2011

11ª edição – janeiro, 2012

12ª edição – fevereiro, 2013

13ª edição – fevereiro, 2014

MAURICIO GODINHO DELGADO

CURSO DE DIREITO DO TRABALHO

13ª edição

LT[®]_R



EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-001
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Fevereiro, 2014

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: RLUX
Projeto de capa: FÁBIO GIGLIO
Impressão: ORGRAFIC GRÁFICA E EDITORA

Versão impressa — LTr 4996.5 — ISBN 978-85-361-2817-7
Versão E-book — LTr 7691.2 — ISBN 978-85-361-2831-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Delgado, Mauricio Godinho
Curso de direito do trabalho / Mauricio Godinho
Delgado. — 13. ed. — São Paulo : LTr, 2014.

Bibliografia
ISBN 978-85-361-2817-7

1. Direito do trabalho 2. Direito do trabalho —
Brasil I. Título.

13-13410

CDU-34:331(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito do trabalho 34:331(81)
2. Direito do trabalho : Brasil 34:331(81)

SUMÁRIO

LIVRO I INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

CAPÍTULO I CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	45
II. DEFINIÇÃO	45
III. DENOMINAÇÃO	48
IV. CONTEÚDO	51
V. FUNÇÕES	53
VI. ABRANGÊNCIA DA ÁREA JURÍDICO-TRABALHISTA.....	58
VII. DIVISÃO INTERNA DO DIREITO DO TRABALHO	60
1. Segmento em Destaque: Direito Constitucional do Trabalho.....	62
2. Segmento em Destaque: Direito Internacional do Trabalho.....	64
VIII. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DO TRABALHO — SÍNTESE.....	66

CAPÍTULO II AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	68
II. AUTONOMIA.....	68
III. NATUREZA JURÍDICA.....	71
IV. RELAÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO COM OUTROS CAMPOS DO DIREITO	77
1. Relações com o Direito Constitucional	77
2. Relações com Princípios Gerais de Direito e de outros Ramos Jurídicos.....	78
3. Relações com o Direito Civil	79
4. Relações com o Direito Previdenciário (ou de Seguridade Social).....	81
5. Direito do Trabalho e Direitos Humanos	82

CAPÍTULO III ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	83
II. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO — PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS.....	83
III. POSICIONAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA HISTÓRIA	85
IV. PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	88
V. FASES HISTÓRICAS DO DIREITO DO TRABALHO	93
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas.....	95
2. Sistematização e Consolidação	96
3. Institucionalização do Direito do Trabalho	97
4. Crise e Transição do Direito do Trabalho.....	98

VI. MODELOS PRINCIPAIS DE ORDENS JURÍDICAS TRABALHISTAS	100
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalhistas Democráticos	101
A) Normatização Autônoma e Privatística	101
B) Normatização Privatística Subordinada	102
2. Parâmetros do Modelo Justrabalhista Autoritário	103
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares	104

CAPÍTULO IV

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

I. INTRODUÇÃO	106
II. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO	106
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas	107
2. Institucionalização do Direito do Trabalho	110
Análise Comparativa	113
3. Transição Democrática do Direito do Trabalho Brasileiro: a Constituição de 1988	114
A) Arquitetura Democrática Constitucional	115
B) Crise Cultural: desregulamentação e flexibilização	116
C) Arquitetura Democrática Constitucional: outros traços	117
III. O MODELO JUSTRABALHISTA BRASILEIRO TRADICIONAL	119
1. Parâmetro Estatal-subordinado de Gestão Trabalhista	119
2. Modelo Justrabalhista Brasileiro Tradicional: caracterização sociojurídica e reprodução histórica	122
IV. A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA JUSTRABALHISTA	123
1. Avanços Democráticos da Constituição de 1988	124
A) Renovação da Cultura Jurídica Brasileira	125
B) A Carta de Direitos de 1988	127
2. Contradições Antidemocráticas do Texto Original de 1988	128
3. Evolução Constitucional Democratizante: EC n. 24/99 e EC n. 45/04	130
V. DIREITO DO TRABALHO: AVALIAÇÃO HISTÓRICO-CONSTITUCIONAL MAIS DE DUAS DÉCADAS APÓS 1988	131

CAPÍTULO V

ORDENAMENTO JURÍDICO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	135
II. FONTES DO DIREITO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	135
1. Conceito	135
2. Classificação	136
A) Fontes Materiais	136
B) Fontes Formais	138
Heteronomia e Autonomia	139
III. FONTES FORMAIS JUSTRABALHISTAS: TIPOS JURÍDICOS	141
IV. FONTES HETERÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	142

1. Constituição	142
A) Sentido Material e Sentido Formal	142
B) Eficácia Jurídica da Constituição	144
a) Vertente Tradicional	144
b) Vertente Moderna.....	145
c) Análise Comparativa	148
C) Constituição: o desafio da efetividade	149
2. Lei (e Medida Provisória)	150
3. Tratados e Convenções Internacionais.....	152
4. Regulamento Normativo (Decreto)	154
5. Portarias, Avisos, Instruções, Circulares.....	155
6. Sentença Normativa.....	156
V. FONTES AUTÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	158
1. Convenção Coletiva de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho.....	158
Aderência Contratual	160
2. Contrato Coletivo de Trabalho	163
3. Usos e Costumes.....	164
VI. FIGURAS ESPECIAIS	166
1. Figuras Justralbalhistas Especiais.....	166
A) Laudo Arbitral (Arbitragem).....	166
B) Regulamento Empresarial.....	167
2. Outras Figuras Jurídicas Especiais.....	168
A) Jurisprudência.....	168
B) Princípios Jurídicos.....	171
C) Doutrina	172
D) Equidade.....	172
3. Referências Finais	174
A) Analogia	174
B) Cláusulas Contratuais	174
VII. HIERARQUIA ENTRE AS FONTES JUSTRALBALHISTAS	175
1. Hierarquia Normativa: teoria geral	176
2. Hierarquia Normativa: especificidade justralbalhista	176
3. Aplicação da Teoria Especial Trabalhista.....	178
Acumulação <i>versus</i> Conglobamento.....	181

CAPÍTULO VI PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	184
1. Ciência e Princípios	185
2. Direito e Princípios	185
II. PRINCÍPIOS DE DIREITO: FUNÇÕES E CLASSIFICAÇÃO	187
1. Fase Pré-jurídica ou Política.....	187
2. Fase Jurídica.....	187
A) Princípios Descritivos (ou Informativos).....	188

B) Princípios Normativos Subsidiários.....	188
C) Princípios Normativos Concorrentes	188
III. PRINCÍPIOS JURÍDICOS GERAIS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO — ADEQUAÇÕES.....	190
1. Princípios Gerais — adequações.....	191
2. Máximas e Brocardos Jurídicos	193
IV. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS AO DIREITO DO TRABALHO	194
V. PRINCÍPIOS DE DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	195
1. Núcleo Basilar de Princípios Especiais.....	196
A) Princípio da Proteção.....	196
B) Princípio da Norma Mais Favorável.....	197
C) Princípio da Imperatividade das Normas Trabalhistas.....	199
D) Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas.....	199
E) Princípio da Condição Mais Benéfica	200
F) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva.....	201
Intangibilidade Contratual Objetiva	203
G) Princípio da Intangibilidade Salarial.....	204
H) Princípio da Primazia da Realidade sobre a Forma	205
I) Princípio da Continuidade da Relação de Emprego.....	206
2. Princípios Justrabalhistas Especiais Controvertidos.....	209
A) Princípio <i>in dubio pro operario</i>	210
B) Princípio do Maior Rendimento.....	212
VI. INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS: RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	213
1. Diferenciação de Figuras	213
2. Extensão da Indisponibilidade	214
3. Requisitos da Renúncia e Transação	216
A) Renúncia	216
B) Transação	216

CAPÍTULO VII INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	219
II. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO.....	219
1. A Interpretação no Conhecimento Humano	219
2. A Interpretação no Direito.....	221
A) Interpretação na Fase de Construção da Norma.....	221
B) Interpretação do Direito Construído	222
3. Hermenêutica Jurídica	223
A) Distinções Relevantes.....	223
B) Função da Interpretação Jurídica	226

C) Tipologias da Interpretação Jurídica	227
a) Tipologia Segundo a Origem da Interpretação	227
b) Tipologia Segundo os Resultados da Interpretação	229
c) Tipologia Segundo os Métodos de Interpretação	229
D) Principais Métodos de Exegese do Direito	229
E) Sistemas Teóricos de Interpretação	232
a) Hermenêutica Tradicional	233
b) Escola Exegética Francesa	233
c) Escola Histórico-evolutiva	233
d) Escola da Interpretação Científica	234
e) Escola da Livre Investigação	234
f) Contraponto Avaliativo	234
F) Especificidade da Interpretação Justrabalhista	234
G) Hermenêutica Constitucional e Direito do Trabalho	236
III. INTEGRAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	237
1. Conceituação	237
2. Tipos de Integração Jurídica	238
3. Procedimento Analógico	239
IV. APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	240
1. Conceituação	240
2. Aplicação do Direito do Trabalho no Tempo	240
Princípio da Aderência Contratual	241
3. Aplicação do Direito do Trabalho no Espaço	245
A) Critério Especial da Lei n. 7.064, de 1982	246
B) Lei n. 11.962, de 2009 – impacto jurídico	247

CAPÍTULO VIII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	249
II. DISTINÇÕES CORRENTES	251
1. Decadência <i>versus</i> Prescrição	251
2. Preclusão <i>versus</i> Prescrição	252
3. Perempção <i>versus</i> Prescrição	252
III. A DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	253
IV. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO	254
1. Causas Impeditivas e Causas Suspensivas	255
2. Causas Interruptivas	256
V. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS	257
1. Fatores Tipificados	257
Critério da <i>Actio Nata</i>	257
2. Outros Fatores Atuantes	258

VI. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS INTERRUPTIVAS	259
VII. NORMAS ESPECÍFICAS À PRESCRIÇÃO TRABALHISTA	261
1. Prazos Prescricionais.....	261
A) Prescrição nos Contratos Urbanos	261
B) Prescrição nos Contratos Rurais	263
a) Prazo Diferenciado (Antes da EC 28/2000).....	263
b) Unificação de Prazos (EC 28/2000).....	264
C) Prescrição nos Contratos Domésticos	266
D) Prescrição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	268
E) Prescrição em Ações Meramente Declaratórias	269
2. Termo Inicial de Contagem da Prescrição	270
A) Parcelas Oriundas de Sentença Normativa	270
B) Parcelas de Complementação de Aposentadoria	271
C) Prescrição Total e Prescrição Parcial	275
D) Prescrição em Danos Morais.....	276
3. Arguição da Prescrição: legitimidade e momento	278
A) Legitimidade para Arguição.....	278
B) Momento Próprio para Arguição	279
a) Arguição na Fase de Conhecimento	279
b) Arguição na Fase de Liquidação e Execução	280
C) Decretação Automática pelo Juiz: ponderações.....	281
4. Prescrição Intercorrente.....	282
VIII. PRESCRIÇÃO: ESPECIFICIDADES TRABALHISTAS E NOVA COMPETÊNCIA AMPLIADA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	283

LIVRO II DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO IX RELAÇÃO DE EMPREGO — CARACTERIZAÇÃO

I. INTRODUÇÃO	287
Relação de Trabalho <i>versus</i> Relação de Emprego.....	287
II. CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO	289
1. Distinções na História do Direito	289
2. Critérios de Caracterização da Relação Empregatícia	291
A) Trabalho por Pessoa Física	292
B) Pessoaalidade.....	293
C) Não eventualidade	294
a) Eventualidade <i>versus</i> Não eventualidade: teorias	296
b) Trabalho Eventual: caracterização.....	298
D) Onerosidade	299
E) Subordinação	302
a) Conceito e Caracterização.....	303

b) Natureza da Subordinação	304
c) Dimensões da Subordinação: clássica, objetiva, estrutural	305
III. VALIDADE JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO: ELEMENTOS JURÍDICO-FORMAIS DO CONTRATO EMPREGATÍCIO.....	308
IV. NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO.....	310
1. Teorias Contratualistas Tradicionais	312
A) Teoria do Arrendamento.....	312
B) Teoria da Compra e Venda	313
C) Teoria do Mandato	314
D) Teoria da Sociedade	314
E) Contratualismo Tradicional: análise crítica.....	315
2. Teoria Contratualista Moderna	315
3. Teorias Acontratualistas	318
A) Teoria da Relação de Trabalho	318
B) Teoria Institucionalista	320
C) Acontratualismo: análise crítica	321

CAPÍTULO X

RELAÇÕES DE TRABALHO *LATO SENSU*

I. INTRODUÇÃO	323
Presunção jurídica	324
II. EXCLUDENTE LEGAL DA FIGURA DO EMPREGADO — VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA..	325
Servidores Irregulares.....	326
III. CONTRAPONTO ESTÁGIO <i>VERSUS</i> RELAÇÃO DE EMPREGO	327
1. Estágio — caracterização tradicional (Lei n. 6.494/1977).....	328
A) Requisitos Formais	328
B) Requisitos Materiais.....	330
2. Estágio — nova caracterização (Lei n. 11.788/2008)	330
A) Requisitos Formais	333
B) Requisitos Materiais.....	338
3. Estágio: avaliação crítica	339
IV. A QUESTÃO DAS COOPERATIVAS.....	340
1. A Lei n. 8.949, de 1994	341
A) Princípio da Dupla Qualidade	342
B) Princípio da Retribuição Pessoal Diferenciada.....	342
2. A Lei n. 12.690, de 2012	345
A) Restrições ao Veículo Cooperativista	346
B) Direitos Sociais dos Cooperados.....	348
C) Relação de Emprego <i>versus</i> Relação Cooperativista	348
V. TRABALHO AUTÔNOMO	349
1. Prestação de Serviços e Empreitada.....	351
2. Pacto Autônomo e Risco Contratual	352
3. Pequena Empreitada: especificidade.....	353
VI. TRABALHO EVENTUAL	354

VII. TRABALHO AVULSO.....	356
Avulso Não Portuário (Lei n. 12.023/2009): caracterização.....	359
VIII. TRABALHO VOLUNTÁRIO	362

CAPÍTULO XI O EMPREGADO

I. INTRODUÇÃO	366
Empregado e Conteúdo de sua Prestação Principal	366
II. EMPREGADOS DE FORMAÇÃO INTELECTUAL: TRATAMENTO JUSTRABALHISTA	367
Constituição de 1988 e Regulação de Profissões: compatibilização.....	368
III. ALTOS EMPREGADOS: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS E TRATAMENTO JUSTRABALHISTA	369
1. Cargos ou Funções de Confiança ou Gestão: regra geral.....	369
A) Art. 62 da CLT (Antes da Lei n. 8.966/94).....	370
B) Art. 62 da CLT (Após a Lei n. 8.966/94).....	371
C) Efeitos do Cargo de Confiança	373
2. Cargos ou Funções de Confiança: especificidade bancária	374
3. Diretores Empregados	375
A) Diretor Recrutado Externamente	376
Contraponto de Vertentes	378
B) Empregado Eleito Diretor.....	378
4. Socioempregado: hipóteses jurídicas	380
A) Incompatibilidade de Figuras	381
B) Assimilação de Figuras	381
C) Regra Geral: compatibilidade de figuras jurídicas	382
D) Sociedade como Simulação	382
IV. EMPREGADO DOMÉSTICO	383
1. Definição	383
2. Estrutura da Relação Empregatícia Doméstica	384
A) Elementos Fático-jurídicos Gerais	384
Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros.....	385
B) Elemento Fático-jurídico da Não eventualidade	386
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais	389
a) Finalidade Não lucrativa dos Serviços	389
b) Prestação Laboral à Pessoa ou Família	390
c) Âmbito Residencial de Prestação Laborativa.....	392
3. Direitos Trabalhistas Estendidos aos Domésticos	392
A) Fase de Exclusão Jurídica	392
B) Fase de Inclusão Jurídica	393
a) Lei n. 5.859/1972 e Regras do Vale Transporte.....	393
b) CF/88: oito novos direitos	394
c) A Peculiar Lei n. 10.208/2001.....	394
d) Lei n. 11.324/2006: quatro novos direitos	395
e) EC n. 72/2013: 16 novos direitos	395

4. Parcelas Trabalhistas Controvertidas	397
A) Férias Anuais Remuneradas.....	397
B) Licença-paternidade e Licença-gestante	398
C) Garantia de Emprego à Gestante	399
D) Aviso-Prévio Proporcional.....	400
E) O Sentido do Novo Parágrafo Único do Art. 7º da CF/88 (EC n. 72/2013).....	403
5. Peculiaridades Rescisórias	404
V. EMPREGADO RURAL	405
1. Evolução Jurídica.....	405
A) Fase de Restrição de Direitos.....	405
B) Fase de Aproximação de Situações Jurídicas	406
C) Fase Contemporânea: acentuação da igualdade.....	406
Unificação do Prazo Prescricional.....	407
2. Caracterização do Empregado Rural.....	409
A) Antigo Critério Celetista.....	409
B) Critério Hoje Prevalente	410
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais	411
a) Enquadramento Rurícola do Empregador	411
b) Imóvel Rural ou Prédio Rústico.....	412
3. Caracterização do Empregador Rural	412

CAPÍTULO XII O EMPREGADOR

I. INTRODUÇÃO	416
Definição da CLT: análise crítica	416
II. EMPREGADOR-CARACTERIZAÇÃO	417
1. Despersonalização.....	418
2. Assunção dos Riscos (Alteridade)	419
Atenuações do Risco Empresarial.....	421
3. Empresa e Estabelecimento	422
III. GRUPO ECONÔMICO PARA FINS JUSTRABALHISTAS.....	423
1. Definição	423
2. Objetivos da Figura	423
3. Caracterização do Grupo Econômico	424
A) Abrangência Objetiva.....	424
B) Abrangência Subjetiva	424
C) Nexo Relacional Interempresas.....	426
4. Solidariedade Resultante do Grupo Econômico	427
A) Solidariedade Exclusivamente Passiva	428
B) Solidariedade Passiva e Ativa: empregador único.....	428
5. Aspectos Processuais	430

IV. SUCESSÃO DE EMPREGADORES.....	431
1. Definição e Denominação.....	431
2. Sucessão Trabalhista: caracterização.....	432
A) Situações-tipo Tradicionais de Sucessão.....	433
B) Situações-tipo Novas de Sucessão.....	434
3. Requisitos da Sucessão Trabalhista.....	435
A) Transferência de Unidade Econômico-jurídica.....	435
Título Jurídico da Transferência.....	436
B) Continuidade na Prestação Laborativa.....	438
C) Situações-tipo Novas de Sucessão: requisitos.....	438
4. Fundamentos da Sucessão Trabalhista.....	439
A) Fundamentação Doutrinária.....	439
B) Fundamentação Legal.....	440
5. Abrangência da Sucessão Trabalhista.....	440
Restrições Tópicas à Sucessão.....	440
6. Efeitos da Sucessão Trabalhista.....	443
A) Posição Jurídica do Sucessor Empresarial.....	444
Cláusula de Não responsabilização.....	444
B) Posição Jurídica do Empregador Sucedido.....	445
C) Insurgência Obreira Contra a Sucessão.....	446
7. Natureza Jurídica da Sucessão Trabalhista.....	447
A) Figuras Civilistas Clássicas.....	448
B) Singularidade Trabalhista.....	449
V. CONSÓRCIO DE EMPREGADORES.....	449

CAPÍTULO XIII TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO.....	452
Evolução Histórica no Brasil.....	453
II. NORMATIVIDADE JURÍDICA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO.....	454
1. Legislação Heterônoma Estatal.....	455
A) Decreto-Lei n. 200/67 e Lei n. 5.645/70.....	456
B) Lei n. 6.019/74 e Lei n. 7.102/83.....	457
C) Parágrafo único do art. 442, CLT — cooperativas.....	457
D) Outras Referências Legais.....	459
2. Constituição de 1988.....	462
3. Jurisprudência Trabalhista.....	463
III. TERCEIRIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS JURÍDICOS.....	466
1. Terceirização Lícita e Ilícita.....	466
A) Terceirização Lícita: situações-tipo.....	467
B) Ausência de Pessoalidade e Subordinação Diretas.....	469
C) Terceirização Ilícita.....	469

2. Efeitos Jurídicos da Terceirização.....	470
A) Vínculo com o Tomador de Serviços.....	470
B) Isonomia: salário equitativo.....	470
IV. ESPECIFICIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	473
V. TERCEIRIZAÇÃO POR MEIO DA LEI N. 6.019/74.....	477
1. Trabalho Temporário: caracterização.....	477
2. Hipóteses de Pactuação.....	479
3. Formalidades e Prazos.....	480
4. Direitos da Categoria Temporária.....	481
5. Trabalho Temporário e Salário Equitativo.....	483
VI. TERCEIRIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE.....	484
Responsabilização de Entidades Estatais Terceirizantes.....	485
VII. ASPECTOS PROCESSUAIS.....	488
1. Competência.....	488
2. Litisconsórcio Passivo.....	490
VIII. UM RELEVANTE DEBATE: CONTROLE CIVILIZATÓRIO DA TERCEIRIZAÇÃO.....	490
1. Terceirização e Não Discriminação Remuneratória — salário equitativo.....	491
2. Terceirização e Responsabilidade Trabalhista.....	494
3. Terceirização e Atuação Sindical.....	497
4. Século XXI — outros controles pertinentes.....	499

CAPÍTULO XIV **RESPONSABILIDADE POR VERBAS TRABALHISTAS**

I. INTRODUÇÃO.....	502
II. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR E ENTES DO GRUPO ECONÔMICO.....	502
III. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO.....	504
IV. RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTROS TIPOS DE TERCEIRIZAÇÃO.....	509
V. RESPONSABILIDADE DO SUBEMPREENHEIRO.....	510
VI. RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA (OU TOMADOR DE SERVIÇOS).....	512
1. Situações de Não Responsabilização.....	513
2. Situações de Responsabilização.....	514
VII. RESPONSABILIDADE NOS CONSÓRCIOS DE EMPREGADORES.....	517

CAPÍTULO XV **CONTRATO DE TRABALHO — CARACTERIZAÇÃO, MORFOLOGIA E NULIDADES**

I. INTRODUÇÃO.....	520
II. ASPECTOS CONCEITUAIS DO CONTRATO DE TRABALHO.....	521
1. Definição.....	521
Definição da CLT: crítica.....	521
2. Denominação.....	522
3. Caracteres.....	523

III. MORFOLOGIA DO CONTRATO (ELEMENTOS CONSTITUTIVOS)	527
1. Elementos Essenciais (Jurídico-formais) do Contrato	529
A) Capacidade das Partes	529
B) Licitude do Objeto	532
C) Forma Regular ou Não Proibida	534
Forma e Prova	535
D) Hígidez de Manifestação da Vontade	535
2. Elementos Naturais do Contrato	537
3. Elementos Acidentais do Contrato: condição e termo	537
IV. VÍCIOS E DEFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO — NULIDADES	538
1. Teoria Trabalhista de Nulidades	539
A) Aplicação Plena da Teoria Trabalhista	540
B) Aplicação Restrita da Teoria Trabalhista	541
C) Inaplicabilidade da Teoria Especial Trabalhista	542
2. Tipos de Nulidades	543
A) Nulidade Total e Parcial	543
B) Nulidade Absoluta e Relativa	543
3. Nulidade e Prescrição	544

CAPÍTULO XVI

CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES

I. INTRODUÇÃO	546
II. CONTRATOS EXPRESSOS E CONTRATOS TÁCITOS	546
III. CONTRATOS INDIVIDUAIS E CONTRATOS PLÚRIMOS. A EXPRESSÃO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO. CONTRATO DE EQUIPE	548
1. Distinções	548
2. A Expressão Contrato Coletivo de Trabalho	548
3. Contratos Plúrimos e de Equipe	550
IV. CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO	551
1. Aspectos Gerais	551
2. Efeitos Específicos do Contrato por Tempo Indeterminado	552
A) Interrupção e Suspensão Contratuais	552
B) Estabilidade e Garantias de Emprego	552
C) Efeitos Rescisórios	553
V. CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO (A TERMO)	555
1. Hipóteses de Pactuação	555
2. Meios de Fixação do Termo Final	558
3. Prazos Legais	560
4. Prorrogação e Sucessividade Contratuais	560
5. Indeterminação Contratual Automática ("Novação")	562
6. Efeitos Rescisórios nos Contratos a Termo	563
7. Suspensão e Interrupção nos Contratos a Termo. Garantias de Emprego e Contratos a Termo	565
A) Acidente de Trabalho: exceção relevante	566
B) Garantia à Gestante e ao Nascituro: outra exceção relevante	568

8. Contratos a Termo: forma e prova	569
9. O Tempo de Serviço nos Contratos a Termo	570

CAPÍTULO XVII

TIPOS DE CONTRATOS A TERMO

I. INTRODUÇÃO	573
II. TIPOS CLÁSSICOS DE CONTRATOS A TERMO	573
1. Contrato de Experiência.....	573
A) Caracterização	575
B) Efeitos Contratuais.....	575
C) Natureza Jurídica do Contrato de Experiência — A Figura do Período de Experiência..	576
2. Contrato de Safra.....	579
Contrato Rural por Pequeno Prazo	582
3. Contrato de Obra Certa.....	582
4. Contrato por Temporada	584
III. NOVO PACTO A TERMO: O CONTRATO PROVISÓRIO DA LEI N. 9.601, DE 1998.....	585
1. Celebração Contratual	586
A) Hipóteses de Pactuação	586
B) Requisitos do Contrato.....	587
2. Caracterização da Figura Jurídica	588
A) Denominação	588
B) Características Trabalhistas Comuns	590
a) Prazo de Duração	590
b) Meios de Fixação do Termo Final	590
c) Sucessividade Contratual.....	592
d) Tempo de Serviço (<i>Accessio Temporis</i>).....	593
C) Características Trabalhistas Especiais	595
a) Pactuação do Contrato	595
b) Formalidade Contratual	596
c) Prorrogação Contratual.....	597
3. Extinção Contratual: efeitos jurídicos.....	598
a) Extinção normal do contrato (cumprimento do prazo prefixado).....	598
b) Extinção contratual em face de dispensa antecipada pelo empregador	599
c) Extinção contratual em face de pedido de demissão antecipada pelo empregado	599
d) Extinção contratual em face de pedido de demissão ou dispensa antecipadas, havendo no contrato cláusula assecuratória do direito recíproco de antecipação rescisória.....	599
A) Acidente do Trabalho: exceção rescisória	600
B) Garantia à Gestante e ao Nascituro: outra exceção rescisória	602
4. Direitos Trabalhistas Aplicáveis.....	603
A) Parcelas Comuns aos Demais Contratos	603
B) Parcelas Modificadas pela Lei n. 9.601/98	604

C) Parcelas Trabalhistas Novas	605
D) Novo Contrato Provisório: limites à redução de direitos	605
5. Vantagens Tributárias e Creditícias Decorrentes	606
6. Lei n. 9.601, de 1998: reflexões complementares	607
A) Lei n. 9.601/98 e Desemprego	607
B) Lei n. 9.601/98 e Flexibilização Trabalhista	609
C) Lei n. 9.601/98 e Constituição da República	610
a) Incompatibilidades Globais	610
b) Incompatibilidades Tópicas	612

CAPÍTULO XVIII

CONTRATO DE TRABALHO E CONTRATOS AFINS

I. INTRODUÇÃO	614
Contratos de Atividade	614
II. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	615
III. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE EMPREITADA	616
Pequena Empreitada na CLT	618
IV. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE MANDATO	619
V. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PARCERIA RURAL	621
VI. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE SOCIEDADE	623
VII. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL (E/OU CONTRATO DE AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO)	625
1. Representação Comercial e/ou Agência e Distribuição: dinâmica jurídica	626
A) Caracterização	626
B) Remuneração	626
C) Rescisão Contratual	627
2. Representação Mercantil e/ou Agência e Distribuição <i>versus</i> Contrato Empregatício: contrapontos	627
3. Empregado Vendedor: regras próprias	630
A) Comissões — estrutura e dinâmica jurídicas	630
a) Conceito e Natureza	631
b) Dinâmica Comissional	631
B) Pagamento da Comissão	632
C) Ultimação do Negócio — data presumida	632
D) Risco Concernente às Vendas	633
E) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor	633
F) Exclusividade de Zona de Trabalho	634
G) Cláusula “ <i>Star del Credere</i> ”	634

CAPÍTULO XIX

EFEITOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO: PRÓPRIOS E CONEXOS

I. INTRODUÇÃO	636
II. EFEITOS CONTRATUAIS PRÓPRIOS	636

1. Obrigações do Empregador	637
2. Obrigações do Empregado	637
3. Poder Empregatício como Efeito do Contrato.....	638
III. EFEITOS CONEXOS: DIREITOS INTELECTUAIS	638
1. Direitos Intelectuais: modalidades e natureza	638
Natureza Jurídica.....	639
2. Direitos da Propriedade Industrial e Contrato de Emprego	639
A) Trabalho Intelectual como Objeto do Contrato.....	640
B) Trabalho Intelectual sem Relação com o Contrato	641
C) Trabalho Intelectual Favorecido por Circunstâncias Contratuais.....	641
IV. EFEITOS CONEXOS: INDENIZAÇÕES POR DANOS SOFRIDOS PELO EMPREGADO.....	642
1. Indenização por Dano Moral ou à Imagem.....	643
2. Lesões Acidentárias: dano material, dano moral, dano estético.....	645
3. Responsabilidade Indenizatória: requisitos.....	647
A) Requisitos Clássicos	647
B) Objetivação da Responsabilidade.....	650
C) Atenuação ou Exclusão da Responsabilidade.....	651
4. Aferição do Dano Moral, Estético ou à Imagem e Respectivo Valor Indenizatório	652
A) Referências Normativas Anteriores a 5.10.1988.....	653
B) Aferição do Dano e Fixação da Indenização: critérios	654
a) Critério Constitucional Prevalente	655
b) Critérios Constitucionalmente Repelidos	656
5. Competência Judicial.....	658
6. Regra Prescricional.....	660
Danos pela Infortúnica do Trabalho — transição.....	661
V. EFEITOS CONEXOS: O UNIVERSO DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR E A TUTELA JURÍDICA EXISTENTE.....	663
1. Direitos da Personalidade do Trabalhador: universo jurídico.....	663
2. Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos.....	664
A) Caracterização do Contraponto Jurídico.....	644
B) Harmonização das Dimensões Jurídicas Contrapostas	665
3. Dano Moral na Relação de Emprego: situações em destaque.....	665
A) Dano Moral Individual	666
A-1) Pré-contratação trabalhista	666
A-2) Dinâmica da seleção e da contratação trabalhistas	667
A-3) Ofensas físicas	667
A-4) Ofensas morais	668
A-5) Assédio sexual.....	668
A-6) Revistas íntimas	668
A-7) Revistas em pertences obreiros, embora não íntimas	668
A-8) Limitação de uso de banheiros no ambiente laborativo	668
A-9) Divulgação de nomes e dados contratuais de empregados, especialmente salários.....	669

A-10) Câmaras televisivas de segurança em banheiros	669
A-11) Dinâmica de metas de desempenho e respectivas cobranças	670
A-12) Uso de técnicas motivacionais abusivas e desrespeitosas	670
A-13) Assédio moral	670
A-14) Controle de correspondências no ambiente laborativo	671
A-15) Controle de correspondências eletrônicas (e-mails)	671
A-16) Controle de uso de equipamentos eletrônicos e de informática, inclusive acesso à internet	672
A-17) Quebra de sigilo bancário de empregado de Banco	673
A-18) Danos derivados de acidentes de trabalho	673
A-19) Condições degradantes no ambiente do trabalho	673
A-20) Atrasos reiterados de salários	674
A-21) Exercício de função perigosa, não integrante do contrato	675
A-22) Afronta à inviolabilidade física e à segurança ou estresse acentuado, em face de violência decorrente do exercício de função perigosa	675
A-23) Conduta de discriminação no ambiente laborativo	675
A-24) Desrespeito a direitos intelectuais, especialmente relativos à autoria	676
A-25) Violação à imagem	677
A-26) Acusação não comprovada de ato ilícito	678
A-27) Anotação desabonadora em Carteira de Trabalho	678
A-28) Dispensa discriminatória	679
A-29) Supressão injustificável de plano de saúde	680
A-30) Elaboração ou divulgação de "lista suja" de trabalhadores	680
B) Dano Moral Coletivo	680

CAPÍTULO XX

O PODER NO CONTRATO DE TRABALHO — DIRETIVO, REGULAMENTAR, FISCALIZATÓRIO, DISCIPLINAR

I. INTRODUÇÃO	683
II. PODER EMPREGATÍCIO: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO	684
1. Conceituação	684
Poder Empregatício <i>versus</i> Poder Hierárquico	684
2. Caracterização	685
A) Poder Diretivo	686
B) Poder Regulamentar	686
Natureza dos Dispositivos Regulamentares	687
C) Poder Fiscalizatório	688
Limites ao Poder de Controle	689
D) Poder Disciplinar	690
III. FUNDAMENTOS DO PODER EMPREGATÍCIO	692
1. Fundamentos Doutrinários	692
A) Propriedade Privada	693
B) Institucionalismo	694
C) Delegação do Poder Público	695

D) Contrato	696
E) Uma Variante: a autonomia como fundamento jurídico	698
2. Fundamentos Legais.....	700
IV. NATUREZA JURÍDICA DO PODER EMPREGATÍCIO.....	701
1. Concepções Tradicionais	701
A) Direito Potestativo.....	702
B) Direito Subjetivo.....	703
C) <i>Status</i> Jurídico	704
D) Direito-função.....	705
Poder e Cidadania.....	706
2. Teoria da Relação Jurídica Contratual Complexa.....	707
Virtudes da Concepção Relacional.....	708
V. O PODER DISCIPLINAR	711
1. Fundamentos	711
A) Posição Negativista.....	711
B) Posição Autonomista.....	712
C) Vertente Intermediária.....	713
2. Infrações Características	714
A) Critérios de Caracterização.....	714
B) Infrações Obreiras Tipificadas.....	715
3. Penalidades Características	716
A) Modalidades Acolhidas	716
B) Modalidades Rejeitadas.....	719
4. Critério de Aplicação de Penalidades (Requisitos Incidentes).....	720
A) Requisitos Objetivos	721
B) Requisitos Subjetivos.....	722
C) Requisitos Circunstanciais.....	723
5. Intervenção Judicial	726
6. Poder Disciplinar e Direito Obreiro de Resistência	728
VI. PODER EMPREGATÍCIO E DIREITOS DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR: NOVOS DESAFIOS	730
1. Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos	730
A) Caracterização do Contraponto Jurídico.....	730
B) Harmonização das Dimensões Jurídicas Contrapostas	731
2. Dano Moral na Relação de Emprego: situações em destaque.....	731

CAPÍTULO XXI

REMUNERAÇÃO E SALÁRIO

I. INTRODUÇÃO	733
II. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO: DISTINÇÕES	733
1. Salário: definição.....	733
2. Remuneração: definição e distinções	734
Remuneração e Gorjetas.....	734

III. SALÁRIO: DENOMINAÇÕES	738
1. Denominações Impróprias	738
A) Salário de Contribuição e Salário de Benefício.....	738
B) Salário-Família	739
C) Salário-Maternidade	739
D) Salário-Educação.....	741
E) Salário Mínimo de Referência	741
F) Salário Social	741
2. Denominações Próprias.....	742
A) Salário Mínimo, Salário Profissional, Salário Normativo.....	742
Piso Salarial.....	742
B) Salário Básico	743
C) Salário Isonômico, Salário Equitativo, Salário Substituição, Salário Supletivo.....	743
D) Salário Judicial.....	744
E) Salário Complessivo	744
F) Salário Condição	744
G) Salário Progressivo.....	744
H) Outras Denominações	745
IV. SALÁRIO: COMPOSIÇÃO E DISTINÇÕES.....	745
Efeito Expansionista Circular	745
1. Composição do Salário (Parcelas Salariais).....	745
A) Parcelas Salariais Tipificadas	746
B) Parcelas Salariais Não Tipificadas.....	746
C) Parcelas Salariais Dissimuladas	746
2. Parcelas Salariais Dissimuladas	747
A) Diárias de Viagem e Ajudas de Custo.....	747
B) Outras Parcelas Dissimuladas	748
V. PARCELAS NÃO SALARIAIS	749
1. Classificação Segundo a Natureza Jurídica	749
A) Parcelas de Natureza Indenizatória	749
B) Parcelas Meramente Instrumentais	750
Outras Utilidades Não Salariais	750
C) Parcelas de Direito Intelectual	750
D) Participação nos Lucros ou Resultados.....	751
<i>Stock Options</i> : enquadramento jurídico	752
E) Parcelas Previdenciárias Oficiais	753
F) Parcelas Previdenciárias Privadas	756
G) Parcelas de Seguridade Social	756
H) Parcelas Pagas por Terceiros	757
2. Classificação Segundo a Origem (ou Devedor Principal).....	760
A) Parcelas Não Salariais Devidas e Pagas pelo Empregador	760
B) Parcelas Não Salariais Pagas Através do Empregador, Embora Não Devidas por Ele ..	761
C) Parcelas Pagas por Terceiros ao Empregado	761

VI. CARACTERES DO SALÁRIO.....	761
VII. CLASSIFICAÇÃO DO SALÁRIO	767
1. Tipologias Principais	767
2. Modos de Aferição Salarial: tipos de salário	769
A) Salário por Unidade de Tempo.....	769
B) Salário por Unidade de Obra	771
C) Salário-Tarefa.....	772
VIII. MEIOS DE PAGAMENTO SALARIAL: SALÁRIO-UTILIDADE	773
1. Caracterização do Salário-utilidade	773
A) Requisitos Essenciais	773
Excludentes do Salário-utilidade	774
B) O Papel da Onerosidade Unilateral da Utilidade	778
2. O Papel da Norma Jurídica Concessora da Utilidade.....	779
3. Rol de Utilidades Pertinentes.....	780
4. Repercussões da Utilidade no Contrato de Trabalho	781
A) Efeitos Contratuais da Utilidade Salarial.....	781
B) Valor da Utilidade no Contrato	782
5. Especificidades do Salário <i>In Natura</i> no Campo.....	784
IX. PARCELAS SALARIAIS: MODALIDADES ESPECIAIS DE SALÁRIOS	786
1. Salário Básico	786
2. Abono	787
3. Adicionais	788
A) Caracterização	788
B) Classificação	790
4. Gratificações	791
A) Caracterização	791
B) Repercussões Contratuais	793
5. 13º Salário.....	794
6. Comissões	796
A) Caracterização	796
B) Vendedores, Viajantes ou Pracistas	797
a) Ultimação do Negócio – data presumida	797
b) Pagamento da Comissão	798
c) Risco Concernente às Vendas.....	799
d) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor.....	799
e) Exclusividade de Zona de Trabalho	799
f) Cláusula “ <i>Star del Credere</i> ”	800
7. Prêmios (ou Bônus)	801
8. Outras Parcelas Salariais.....	802
A) Caracterização	802
B) Ajudas de Custo e Diárias de Viagem Irregulares	803
C) Aluguel de Veículos e Ajuda Combustível Irregulares	803

9. Parcelas Peculiares do Contrato do Atleta Profissional	804
A) Luvas e Bichos	805
a) Luvas.....	805
b) Bichos	805
B) Direito de Imagem e Direito de Arena	806
a) Direito de Imagem.....	806
b) Direito de Arena	808

CAPÍTULO XXII

SISTEMA DE GARANTIAS SALARIAIS

I. INTRODUÇÃO	811
II. PROTEÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO VALOR DO SALÁRIO.....	812
1. Irredutibilidade Salarial.....	812
2. Correção Salarial Automática.....	815
3. Patamar Salarial Mínimo Imperativo.....	818
A) Salário Mínimo Legal	818
Piso Salarial Estadual	820
B) Salário Profissional	820
C) Salário Normativo e Salário Convencional	822
III. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA ABUSOS DO EMPREGADOR.....	822
1. Critérios Legais de Pagamento Salarial: tempo, lugar, meios	823
A) Tempo de Pagamento.....	823
B) Lugar de Pagamento.....	825
C) Meios de Pagamento	826
2. Irredutibilidade Salarial.....	828
3. Intangibilidade Salarial: controle de descontos.....	828
A) Regra Geral de Intangibilidade	828
B) Descontos Salariais Autorizados.....	829
C) A Especificidade Rurícola no Tema dos Descontos.....	832
IV. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA DISCRIMINAÇÕES NA RELAÇÃO DE EMPREGO	832
1. Não discriminação e Isonomia: distinções.....	833
2. Proteções Antidiscriminatórias Trabalhistas: linhas gerais	836
3. Constituição de 1988: importância na temática antidiscriminatória	836
4. Tradicionais Proteções Antidiscriminatórias.....	837
5. Novas Proteções Antidiscriminatórias a Contar de 1988	838
A) Discriminação Contra a Mulher.....	839
B) Discriminação Contra Trabalhador Menor de 18 Anos	841
A EC n. 65/2010 e o Conceito de <i>Jovem</i>	846
C) Discriminação Contra o Estrangeiro	847
Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro	848
D) Discriminação Contra o Portador de Deficiência	850
E) Discriminação Contra o Portador de Doença Grave.....	851
F) Discriminação em Função do Tipo de Trabalho.....	852
G) Isonomia com Respeito ao Trabalhador Avulso	852

6. Antidiscriminação e Equiparação de Salários	854
A) Requisitos da Equiparação Salarial	854
a) Identidade de Funções	855
b) Identidade de Empregador	855
c) Identidade de Localidade	856
d) Simultaneidade no Exercício Funcional	857
B) Outros Elementos de Relevância no Tema Equiparatório	858
a) Diferença de Perfeição Técnica	858
b) Diferença de Produtividade	859
Uma Particularidade: salário por unidade de obra	859
c) Diferença de Tempo de Serviço	860
d) Existência de Quadro de Carreira	860
e) Paradigma em Readaptação Funcional	861
C) Um Debate: desnível salarial resultante de decisão judicial favorável ao paradigma	861
D) Equiparação Salarial: ônus da prova	862
E) Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro (art. 358, CLT)	863
a) Recepção <i>versus</i> Não Recepção	863
b) Análise do Tipo Isonômico	864
7. Antidiscriminação Salarial em Empresas com Quadro de Carreira	865
A) Requisitos do Quadro de Carreira	866
B) Proteções Antidiscriminatórias	867
8. Antidiscriminação e Substituição de Empregados	868
A) Diferenciação Relevante: substituição interina ou provisória e substituição meramente eventual	868
B) "Substituição Permanente": ocupação de cargo vago	870
9. Antidiscriminação e Terceirização Trabalhista	871
A) Trabalho Terceirizado Temporário	871
B) Trabalho Terceirizado Permanente	873
C) Terceirização e Discriminação: problemas e soluções no Direito	874
a) Terceirização Ilícita em Entidades Estatais	874
b) O Problema Discriminatório na Terceirização Lícita	875
V. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDITORES DO EMPREGADOR	878
1. Proteção Jurídica Através da Responsabilidade Trabalhista	878
A) Direções da Responsabilidade Trabalhista	880
B) Antigas e Novas Situações Polêmicas	882
2. Proteção Jurídica na Concordata do Empregador	887
3. Proteção Jurídica na Recuperação Judicial ou Extrajudicial	887
4. Proteção Jurídica na Falência do Empregador	889
Competência Judicial	891
5. Proteção Jurídica na Liquidação Extrajudicial do Empregador	893
VI. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDITORES DO EMPREGADO	894
1. Impenhorabilidade do Salário	895

2. Restrições à Compensação	896
3. Critério de Correção Monetária	897
4. Inviabilidade da Cessão do Crédito Salarial	898

CAPÍTULO XXIII DURAÇÃO DO TRABALHO — JORNADA

I. INTRODUÇÃO	900
1. Jornada e Salário	900
2. Jornada e Saúde no Trabalho	901
3. Jornada e Emprego	902
II. DISTINÇÕES RELEVANTES — DURAÇÃO, JORNADA, HORÁRIO	904
1. Duração do Trabalho	904
2. Jornada de Trabalho	904
3. Horário de Trabalho	905
III. COMPOSIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	906
1. Critérios Básicos de Fixação da Jornada	906
A) Tempo Efetivamente Trabalhado	907
B) Tempo à Disposição	907
C) Tempo de Deslocamento	908
Tempo de Deslocamento — horas <i>in itinere</i>	908
2. Critérios Especiais de Fixação da Jornada	911
A) Tempo de Prontidão	911
B) Tempo de Sobreaviso	911
BIPs, <i>paggers</i> , telefones celulares e outros instrumentos de comunicação	912
C) Tempo Residual à Disposição	914
3. Jornada: tronco básico e componentes suplementares	915
A) Tronco Básico	916
B) Componentes Suplementares	916
IV. NATUREZA DAS NORMAS RELATIVAS À JORNADA: TRANSAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO	917
1. Natureza das Normas Relativas à Jornada	917
2. Transação e Flexibilização da Jornada: possibilidades e limites	918
A) Critérios Gerais Informativos	918
B) Flexibilização e Compensação de Jornada	922
a) Título Jurídico Autorizador (Até Lei n. 9.601/98)	922
b) Parâmetro Temporal Máximo (Até Lei n. 9.601/98)	927
c) Compensação Anual/Banco de Horas (Lei n. 9.601/98)	930
Dinâmica do Banco de Horas	935
d) Restrições ao Regime Compensatório	937
V. MODALIDADES DE JORNADA — O PROBLEMA DO CONTROLE	939
1. Modalidades de Jornada de Trabalho	939
2. Jornadas Controladas	940
3. Jornadas Não Controladas	941
A) Atividade Externa Incompatível com a Fixação de Horário	942
Trabalho no Domicílio (<i>Home Office</i>) e Teletrabalho	943
B) Exercentes de Cargos de Gestão	945

4. Jornada Não Tipificada: a categoria doméstica	947
EC n. 72/2013: extensão da regulação normativa.....	948
VI. JORNADA PADRÃO DE TRABALHO	948
VII. JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO	950
1. Caracterização das Jornadas Especiais	950
2. Categorias Específicas	951
A) Jornadas Superiores a 8 horas	951
B) Jornadas Inferiores a 8 horas	952
3. Turnos Ininterruptos de Revezamento	953
A) Caracterização da Figura Jurídica	954
B) Efeitos Jurídicos do Art. 7º, XIV, CF/88.....	956
C) Negociação Coletiva e Jornada Ampliada	957
4. Atividade Contínua de Digitação.....	957
VIII. JORNADA EXTRAORDINÁRIA	960
1. Caracterização da Jornada Extraordinária.....	960
A) Jornada Extraordinária e Jornada Suplementar	961
B) Prorrogações Regulares e Irregulares	963
2. Tipos de Jornadas Extraordinárias.....	963
A) Tipologia pela Causa da Prorrogação.....	964
a) Acordo de Prorrogação de Jornada	964
b) Regime de Compensação de Jornada.....	966
c) Prorrogação em Virtude de Força Maior	967
d) Prorrogação em Virtude de Serviços Inadiáveis	969
e) Prorrogação para Reposição de Paralisações Empresariais.....	970
B) Tipologia pelo Título Jurídico Autorizador da Prorrogação	971
C) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação.....	973
3. Efeitos da Jornada Extraordinária.....	975
IX. TRABALHO EM TEMPO PARCIAL.....	977
1. Trabalho em Regime de Tempo Parcial: tipificação	978
2. Efeitos do Regime de Tempo Parcial	979
3. Alteração Contratual para o Regime de Tempo Parcial	980
X. JORNADA NOTURNA.....	981
1. Parâmetros da Jornada Noturna.....	981
2. Efeitos Jurídicos da Jornada Noturna.....	982
3. Restrições ao Trabalho Noturno	985

CAPÍTULO XXIV

PERÍODOS DE DESCANSO: INTERVALOS, REPOUSO SEMANAL E EM FERIADOS

I. INTRODUÇÃO	986
II. INTERVALOS TRABALHISTAS: ANÁLISE JURÍDICA.....	987
1. Relevância dos Intervalos Trabalhistas.....	987
A) Intervalos e Saúde no Trabalho	987
B) Transação e Flexibilização dos Intervalos: possibilidades e limites.....	989

2. Modalidades de Intervalos Trabalhistas.....	993
3. Intervalos Intraornadas: caracterização e efeitos jurídicos	993
A) Objetivos dos Intervalos Intraornadas.....	993
B) Classificação dos Intervalos Intraornadas.....	994
a) Intervalos Comuns e Especiais.....	994
b) Intervalos Remunerados e Não Remunerados.....	995
Quadro de Intervalos Intraornadas	996
C) Intervalos Intraornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito	997
a) Desrespeito a Intervalo Remunerado	997
b) Desrespeito a Intervalo Não Remunerado.....	997
D) Intervalos Intraornadas: outras regras aplicáveis	999
4. Intervalos Interornadas: caracterização e efeitos jurídicos	1000
A) Objetivos dos Intervalos Interornadas.....	1000
B) Classificação dos Intervalos Interornadas.....	1001
a) Intervalos Interornadas e Intersemanais	1001
b) Intervalos Comuns e Especiais.....	1001
c) Intervalos Remunerados e Não Remunerados.....	1002
Quadro de Intervalos Interornadas	1003
C) Intervalos Interornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito	1003
a) Desrespeito ao Intervalo Interornadas	1003
b) Desrespeito ao Intervalo Intersemanal	1005
III. DESCANSO SEMANAL E EM FERIADOS: ANÁLISE JURÍDICA.....	1005
1. Aproximação das Figuras Jurídicas	1005
Normatização Aplicável	1006
2. Descanso Semanal: caracterização e efeitos jurídicos.....	1007
A) Caracterização do Descanso Semanal.....	1007
a) Lapso Temporal.....	1008
b) Ocorrência Semanal do Descanso	1008
c) Coincidência Preferencial com o Domingo	1009
d) Imperatividade do Descanso Semanal	1011
B) Remuneração do Descanso Semanal	1012
a) Requisitos da Remuneração.....	1012
b) Valor da Remuneração	1012
c) Remuneração do Dia de Descanso Efetivamente Trabalhado	1014
3. Descanso em Feriados: caracterização, especificidades e efeitos jurídicos	1015
A) Tipos de Feriados.....	1015
a) Feriados Cíveis e Religiosos.....	1016
a.1) Feriados Cíveis	1016
a.2) Feriados Religiosos	1017
b) Feriados Nacionais, Regionais e Locais	1017

CAPÍTULO XXV

PERÍODOS DE DESCANSO: FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS

I. INTRODUÇÃO	1019
1. Objetivos das Férias	1019
2. Normatização Aplicável.....	1020

II. CARACTERIZAÇÃO	1021
III. AQUISIÇÃO DAS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO	1024
1. Aquisição do Direito a Férias (Período Aquisitivo)	1024
2. Fatores Prejudiciais à Aquisição das Férias	1025
Situações Especiais.....	1026
3. Duração das Férias Adquiridas	1027
A) Duração Genérica das Férias	1027
B) Duração em Contratos de Tempo Parcial	1027
Restrições Específicas	1029
C) Duração em Contratos Domésticos	1030
IV. CONCESSÃO E GOZO DAS FÉRIAS	1032
1. Concessão Regular das Férias (Período Concessivo)	1033
Época de Concessão.....	1036
2. Concessão Extemporânea das Férias.....	1036
V. FÉRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS.....	1038
1. Férias Individuais: procedimentos concessivos	1038
2. Férias Coletivas: especificidades e procedimentos concessivos.....	1039
A) Caracterização das Férias Coletivas	1039
B) Procedimentos Concessivos.....	1040
VI. REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS	1041
1. Cálculo da Remuneração.....	1041
A) Cálculo Salarial	1041
B) Parcelas Integradas	1042
C) Parcelas Não Integradas	1042
2. Remuneração Simples.....	1043
3. Remuneração Dobrada.....	1043
Natureza Jurídica da Dobra.....	1044
4. Terço Constitucional de Férias.....	1045
5. Conversão Pecuniária das Férias (Abono Pecuniário)	1046
VII. FÉRIAS E EXTINÇÃO DO CONTRATO: EFEITOS.....	1048
1. Férias Vencidas e Extinção Contratual	1049
2. Férias Simples e Extinção Contratual.....	1049
3. Férias Proporcionais e Extinção Contratual.....	1049
VIII. NATUREZA JURÍDICA DAS FÉRIAS	1052
IX. PRESCRIÇÃO: REGRAS APLICÁVEIS	1054
1. Contagem em Função do Término do Período Concessivo	1054
2. Contagem em Função do Término do Contrato de Trabalho.....	1055

CAPÍTULO XXVI

FORMAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	1056
II. FORMAÇÃO CONTRATUAL TRABALHISTA.....	1056
Experiência Prévia (art. 442-A, CLT)	1057

III. FORMAÇÃO DO CONTRATO: MOMENTO E LOCAL.....	1058
1. Policitização e Formação Contratual.....	1058
2. Formação Contratual e Competência Judicial Trabalhista.....	1059
IV. FORMAÇÃO CONTRATUAL: PROBLEMAS DO PRÉ-CONTRATO	1060
Indenização pela Perda de Uma Chance	1062
V. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS TRABALHISTAS: SUBJETIVAS E OBJETIVAS.....	1062
1. Alterações Contratuais Subjetivas	1063
2. Alterações Contratuais Objetivas	1064
VI. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: CLASSIFICAÇÃO.....	1064
1. Classificação Segundo a Origem.....	1064
2. Classificação Segundo a Obrigatoriedade.....	1065
3. Classificação Segundo o Objeto.....	1065
4. Classificação Segundo os Efeitos.....	1066
VII. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: PRINCÍPIOS APLICÁVEIS.....	1066
1. Princípios Aplicáveis	1067
A) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva.....	1067
B) Princípio do Direito de Resistência Obreiro	1070
C) Diretriz do <i>Jus Variandi</i> Empresarial.....	1070
2. Princípios Informativos: contradição aparente e compatibilização	1072
3. Critérios Autorizativos do <i>Jus Variandi</i> Empresarial	1073
VIII. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUALITATIVO	1075
1. Conceituação	1075
2. Alteração de Função	1075
A) Conceito e Distinções	1075
B) Regras Aplicáveis.....	1077
Compatibilização Normativa.....	1078
C) Alterações Funcionais Favoráveis e Desfavoráveis	1079
D) Alterações Funcionais Lícitas	1079
a) Situações Excepcionais ou de Emergência.....	1080
b) Substituição Temporária.....	1080
c) Destituição do Cargo ou Função de Confiança.....	1081
Reversão/Retrocessão/Rebaixamento	1082
d) Extinção do Cargo ou Função.....	1082
e) Alteração de PCS ou Quadro de Carreira.....	1083
f) Readaptação Funcional por Causa Previdenciária.....	1083
g) Promoção ou Remoção	1084
IX. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUANTITATIVO	1085
1. Conceito e Modalidades.....	1085
2. Alteração da Duração do Trabalho: modalidades	1086
A) Alterações Ampliativas da Duração do Trabalho.....	1086
a) Classificação das Alterações Ampliativas Lícitas.....	1086
a.1) Causa da Prorrogação.....	1086
a.2) Título Jurídico da Prorrogação	1088
a.3) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação	1090

b) Prorrogações Realizadas Irregularmente	1091
c) Efeitos Jurídicos do Trabalho Extraordinário.....	1092
B) Alterações Redutoras da Duração do Trabalho	1093
C) Alterações de Horário de Trabalho	1095
3. Alteração de Salário: modalidades.....	1096
A) Elevações Salariais.....	1096
B) Reduções Salariais	1096
a) Redução Salarial Direta	1097
a.1) Redução Nominal de Salários	1097
a.2) Redução Real de Salários	1098
b) Redução Salarial Indireta.....	1098
X. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO CIRCUNSTANCIAL.....	1099
1. Conceituação	1099
2. Alteração do Local de Trabalho no País	1099
A) Distinções.....	1100
a) Remoções Relevantes e Não Relevantes	1100
b) Remoções Lícitas e Remoções Ilícitas	1101
B) Efeitos da Remoção/Transferência.....	1102
C) Adicional de Transferência.....	1103
a) Pontos Consensuais	1103
b) Critérios de Incidência do Adicional	1104
c) Novo Critério Incidente: Lei Maria da Penha.....	1106
d) Adicional: valor e repercussões contratuais.....	1107
D) Ajuda de Custo por Transferência.....	1107
E) Empregados Intransferíveis	1107
a) Empregados Estáveis e Dirigentes Sindicais.....	1108
b) Outros Obreiros Relativamente Protegidos	1110
3. Transferência Obreira para o Exterior.....	1111
A) Inviabilidade do <i>Jus Variandi</i>	1111
B) Diploma Especial: Lei n. 7.064/82.....	1111
a) Critérios e Direitos da Lei n. 7.064	1112
b) Aplicação Analógica da Lei n. 7.064	1113
C) Atenuação Gradativa da Súmula 207, com Alargamento da Incidência da Lei n. 7.064/82	1114
D) Generalização da Lei n. 7.064 pela Lei n. 11.962/2009.....	1115

CAPÍTULO XXVII

INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	1116
II. CONCEITO E DENOMINAÇÕES.....	1116
1. Conceituação	1116
2. Denominações	1117
III. DISTINÇÕES RELEVANTES	1118
1. Interrupção e Suspensão: críticas à tipologia celetista	1118

2. Distinções Existentes	1120
A) Suspensão: características	1120
B) Interrupção: características	1120
IV. SUSPENSÃO — CASOS TIIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS	1121
1. Suspensão por Motivo Alheio à Vontade Obreira	1121
Atenuação de Efeitos Jurídicos	1122
2. Suspensão por Motivo Lícito Atribuível ao Empregado	1123
3. Suspensão por Motivo Ilícito Atribuível ao Empregado.....	1124
4. Suspensão: efeitos jurídicos	1124
A) Efeitos Contratuais da Suspensão.....	1124
a) Suspensão e Justa Causa	1125
b) Suspensão e Pedido de Demissão	1126
B) Prazo para Retorno após Suspensão	1126
V. INTERRUÇÃO — CASOS TIIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS	1127
1. Casos de Interrupção Contratual	1127
2. Interrupção: efeitos jurídicos	1130
A) Efeitos Contratuais da Interrupção.....	1130
B) Prazo para Retorno após a Interrupção.....	1131
VI. INTERRUÇÃO E SUSPENSÃO: SITUAÇÕES CONTROVERTIDAS.....	1131
1. Serviço Militar.....	1132
2. Acidente do Trabalho ou Doença Profissional	1134
3. Afastamento Maternidade	1136
A) Aspectos Legais	1136
B) Enquadramento Jurídico	1138
4. Encargos Públicos	1140
5. Afastamento da Trabalhadora em Face de Violência (Lei <i>Maria da Penha</i>).....	1141
VII. CASOS EM DESTAQUE — SUSPENSÃO DISCIPLINAR E SUSPENSÃO PARA INQUÉRITO ..	1144
1. Suspensão Disciplinar.....	1144
A) Natureza Jurídica	1144
B) Critérios de Aplicação da Pena Suspensiva	1144
C) Limites à Penalidade.....	1145
D) Dosagem Judicial da Suspensão: debate.....	1145
2. Suspensão para Inquérito.....	1147
A) Cabimento da Figura.....	1147
B) Natureza Jurídica	1148
C) Prazos Legais	1149
D) Efeitos da Sentença do Inquérito.....	1150
E) Suspensão Preventiva e Reintegração Liminar	1150
VIII. NOVO CASO EM DESTAQUE: SUSPENSÃO PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO EMPREGADO	1151
1. Requisitos da Nova Hipótese Suspensiva	1152
Desrespeito aos Requisitos Legais	1152

2. Prazo Legal	1153
3. Efeitos da Suspensão Contratual.....	1153
A) Bolsa de Qualificação Profissional.....	1154
B) Parcelas Devidas pelo Empregador ao Obreiro Afastado.....	1155
C) Ruptura Contratual	1155
Desestímulo Rescisório.....	1156
IX. INTERRUÇÃO E SUSPENSÃO NOS CONTRATOS A TERMO	1156
1. Regência Normativa Especial dos Contratos a Termo.....	1157
A) Extinção Peremptória do Contrato	1157
B) Extinção Contratual Prorrogada.....	1158
C) Resgate do Prazo de Afastamento	1159
2. Afastamento Acidentário e Contratos a Termo: exceção constitucional configurada.....	1159
3. Afastamento da Gestante em Contratos a Termo: outra exceção constitucional.....	1160

CAPÍTULO XXVIII

TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES E EFEITOS

I. INTRODUÇÃO	1162
II. EXTINÇÃO CONTRATUAL — PRINCÍPIOS APLICÁVEIS.....	1163
1. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	1164
2. Princípio das Presunções Favoráveis ao Trabalhador.....	1167
3. Princípio da Norma mais Favorável.....	1168
III. RESTRIÇÕES À EXTINÇÃO CONTRATUAL	1168
1. Restrições a Contratos a Termo.....	1169
2. Estabilidade e Garantias de Emprego	1170
3. Interrupção e Suspensão Contratuais.....	1172
4. Motivação da Dispensa pelo Empregador	1173
A) Convenção 158 da OIT	1174
B) Concurso Público e Motivação da Dispensa.....	1175
IV. EXTINÇÃO CONTRATUAL — EVOLUÇÃO JURÍDICA NO BRASIL	1177
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista.....	1177
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho.....	1178
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho.....	1180
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista	1180
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa	1181
4. Dispensa Coletiva: novas leituras da Constituição	1183
V. MODALIDADES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL: TIPOLOGIAS	1185
1. Classificação Civilista: modos normal e anormal de extinção	1186
2. Classificação Segundo as Causas de Extinção.....	1188
3. Outra Classificação: resilição, resolução e rescisão do contrato.....	1190
VI. EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	1191
1. Extinção dos Contratos por Tempo Determinado	1191
A) Extinção Normal.....	1192
B) Extinção Anormal	1192

a) Dispensa Antecipada por Ato Empresarial.....	1192
b) Pedido de Demissão Antecipado pelo Obreiro	1194
2. Extinção dos Contratos por Tempo Indeterminado	1195
A) Modalidades Extintivas e Parcelas Rescisórias.....	1197
a) Dispensa arbitrária (<i>ou</i> despedida sem justa causa <i>ou, ainda</i> , dispensa desmotivada).....	1197
b) Pedido de demissão pelo obreiro.....	1198
c) Distrato	1199
d) Dispensa por justa causa operária.....	1200
e) Ruptura por infração empresarial (rescisão indireta).....	1200
f) Ruptura por culpa recíproca.....	1201
g) Extinção da empresa ou do estabelecimento	1201
h) Morte do empregado ou do empregador-pessoa natural.....	1203
B) Outros Pagamentos Rescisórios.....	1205
3. Penalidades Relativas ao Pagamento Rescisório	1205
A) Pena do Art. 477, da CLT.....	1205
B) Pena do Art. 467, da CLT.....	1207
Entidades Estatais: exclusão da pena	1208
VII. FORMALIDADES RESCISÓRIAS	1209
1. Capacidade do Empregado	1210
2. Homologação Rescisória: formalidades e assistência.....	1211
3. Rescisão via Comissões de Conciliação Prévia	1213
A) Problemas no Enquadramento Jurídico da Nova Figura	1214
B) Formalidades e Poderes Rescisórios	1214

CAPÍTULO XXIX

TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO LÍCITO DAS PARTES: DISPENSA SEM JUSTA CAUSA E DISPENSA MOTIVADA, MAS SEM CULPA OBREIRA. PEDIDO DE DEMISSÃO PELO EMPREGADO. O INSTITUTO DO AVISO-PRÉVIO

I. INTRODUÇÃO	1217
II. TÉRMINO CONTRATUAL POR ATO LÍCITO DAS PARTES — RESILIÇÃO UNILATERAL: NATUREZA JURÍDICA.....	1218
O Contraponto da Convenção 158 da OIT	1220
III. RESILIÇÃO POR ATO EMPRESARIAL — DISPENSA INJUSTA	1221
1. Modalidades de Despedidas.....	1221
A) Classificação conforme a Motivação da Dispensa.....	1221
B) Despedidas Individuais e Coletivas	1222
Despedidas Coletivas: inferências constitucionais	1223
2. Aspectos Próprios à Despedida Injusta	1225
3. Limitações à Dispensa Injusta	1226
A) Causas Restritivas	1227
B) Efeitos da Dispensa Irregular.....	1230
IV. DISPENSA MOTIVADA POR FATORES TÉCNICOS, ECONÔMICOS OU FINANCEIROS	1234
1. Convenção 158 da OIT	1234
2. Dispensa Motivada <i>versus</i> Dispensa Arbitrária: outros aspectos	1236

V. RESILIÇÃO POR ATO OBREIRO — PEDIDO DE DEMISSÃO	1237
VI. RESILIÇÃO BILATERAL — DISTRATO TRABALHISTA	1240
PDIs/PDV's: enquadramento jurídico	1240
VII. O AVISO-PRÉVIO NAS RUPTURAS CONTRATUAIS	1241
1. Conceito e Natureza Jurídica	1241
2. Cabimento do Aviso-Prévio	1242
3. Prazos, Tipos e Efeitos	1243
A) Prazos do Aviso-Prévio	1243
B) Tipos de Aviso-Prévio	1244
C) Efeitos do Aviso-Prévio	1246
4. A Proporcionalidade do Pré-Aviso (Lei n. 12.506/2011)	1248

CAPÍTULO XXX
TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADO:
DISPENSA POR JUSTA CAUSA

I. INTRODUÇÃO	1252
II. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES TRABALHISTAS: SISTEMAS PERTINENTES	1252
III. JUSTA CAUSA E FALTA GRAVE: CONCEITO E DIFERENCIAÇÃO	1254
IV. INFRAÇÕES OBREIRAS: CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES	1255
1. Requisitos Objetivos	1257
2. Requisitos Subjetivos	1258
3. Requisitos Circunstanciais	1259
V. INFRAÇÕES OBREIRAS TIPIFICADAS: JUSTAS CAUSAS	1262
1. Infrações do Art. 482 da CLT	1263
2. Outras Infrações Obreiras Tipificadas	1272
3. Infração Obreiras em Destaque: assédio sexual e assédio moral	1275
VI. PUNIÇÕES TRABALHISTAS	1277
1. Penalidades Acolhidas	1277
2. Penalidades Rejeitadas	1280

CAPÍTULO XXXI
TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADOR: RESCISÃO INDIRETA

I. INTRODUÇÃO	1283
II. INFRAÇÃO EMPRESARIAL — APROXIMAÇÕES E ESPECIFICIDADES EM FACE DA JUSTA CAUSA OBREIRA	1283
1. Requisitos Objetivos	1284
2. Requisitos Subjetivos	1285
3. Requisitos Circunstanciais	1286
III. FIGURAS DE INFRAÇÃO EMPRESARIAL	1288
1. Infrações do Art. 483 da CLT	1288
2. Infrações Empresariais em Destaque: assédio moral e assédio sexual	1292
A) Assédio Moral	1293
B) Assédio Sexual	1294

IV. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À RESCISÃO INDIRETA.....	1295
1. Ação Trabalhista com Pleito de Rescisão Indireta	1296
2. Rescisão Indireta e Afastamento do Empregado do Trabalho.....	1297
A) Afastamento do Trabalho: possibilidade jurídica.....	1297
B) Afastamento Laborativo e Improcedência do Pedido: efeitos jurídicos.....	1298
V. SITUAÇÕES ESPECIAIS DE TÉRMINO CONTRATUAL PREVISTAS NO ART. 483 DA CLT ...	1300
1. Desempenho de Obrigações Legais Incompatíveis.....	1300
2. Morte do Empregador Constituído em Firma Individual.....	1301
VI. TÉRMINO CONTRATUAL POR CULPA RECÍPROCA DAS PARTES.....	1302
VII. RESOLUÇÃO CONTRATUAL CULPOSA E CONTRATOS DOMÉSTICOS.....	1303

CAPÍTULO XXXII

ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO. INDENIZAÇÕES RESCISÓRIAS — FGTS

I. INTRODUÇÃO	1305
II. AS ANTIGAS ESTABILIDADE E INDENIZAÇÃO CELETISTAS E O REGIME DO FGTS.....	1306
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista.....	1307
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho.....	1308
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho.....	1310
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista	1310
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa	1311
C) Dispensa Coletiva: graduação do poder empresarial	1313
III. ESTABILIDADE NO EMPREGO	1315
1. Estabilidade Celetista.....	1316
2. Estabilidade do Art. 19 do ADCT da Constituição de 1988.....	1317
3. Estabilidade do Art. 41 da Constituição de 1988	1318
4. Estabilidade Advinda de Ato Empresarial	1320
IV. GARANTIAS DE EMPREGO (ESTABILIDADES PROVISÓRIAS).....	1321
1. Estabilidades Provisórias de Origem Constitucional	1322
A) Imunidade Sindical.....	1323
B) Dirigente de CIPA e Mulher Gestante	1324
2. Estabilidades Provisórias de Origem Legal	1326
V. ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DISPENSA IRREGULAR.....	1327
Peculiaridade do Dirigente de CIPA.....	1330
VI. INDENIZAÇÕES POR TEMPO DE SERVIÇO OU RUPTURA CONTRATUAL.....	1332
1. Antiga Indenização Rescisória e por Tempo de Serviço.....	1332
2. Outras Indenizações Rescisórias.....	1335
A) Indenizações Rescisórias em Contratos a Termo.....	1335
B) Indenização por Dispensa Injusta no Trintídio Anterior à Data-base	1336
VII. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO.....	1336
1. Características do FGTS.....	1337
A) Recolhimentos de FGTS.....	1337
B) Abrangência do FGTS.....	1339
C) Saque do FGTS e Acréscimo Rescisório.....	1340

2. O FGTS como Fundo Social com Destinação Variada	1342
Natureza Jurídica.....	1343

LIVRO III DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

CAPÍTULO XXXIII DIREITO COLETIVO: ASPECTOS GERAIS

I. INTRODUÇÃO	1347
II. DENOMINAÇÃO	1348
1. Denominações Arcaicas.....	1348
2. Denominações Atuais	1349
A) Direito Coletivo do Trabalho.....	1349
B) Direito Sindical	1350
C) Direito Social.....	1350
III. DEFINIÇÃO	1351
IV. CONTEÚDO	1351
V. FUNÇÃO	1353
1. Funções Justrabalhistas Gerais.....	1353
Extensão ao Direito Coletivo	1355
2. Funções Juscoletivas Específicas	1357
VI. CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO E SUA RESOLUÇÃO	1359
1. Modalidades de Conflitos Coletivos.....	1359
2. Modalidades de Resolução de Conflitos Coletivos	1360
Uma Fórmula Controvertida: dissídio coletivo	1361
VII. O PROBLEMA DA AUTONOMIA DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	1365

CAPÍTULO XXXIV PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	1368
II. PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO — TIPOLOGIA.....	1369
Tipologia de Princípios.....	1370
III. PRINCÍPIOS ASSECURATÓRIOS DA EXISTÊNCIA DO SER COLETIVO OBREIRO	1371
1. Princípio da Liberdade Associativa e Sindical.....	1372
A) Cláusulas de Sindicalização Forçada	1373
B) Práticas Antissindicais.....	1374
C) Garantias à Atuação Sindical.....	1375
2. Princípio da Autonomia Sindical.....	1376
IV. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE OS SERES COLETIVOS TRABALHISTAS..	1379
1. Princípio da Interveniência Sindical na Normatização Coletiva	1379
2. Princípio da Equivalência dos Contratantes Coletivos.....	1381
3. Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva	1383

V. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE NORMAS COLETIVAS NEGOCIADAS E NORMAS ESTATAIS.....	1384
1. Princípio da Criatividade Jurídica da Negociação Coletiva.....	1385
2. Princípio da Adequação Setorial Negociada.....	1387

CAPÍTULO XXXV DIREITO COLETIVO E SINDICATO

I. INTRODUÇÃO	1390
II. DEFINIÇÃO	1391
III. SISTEMAS SINDICAIS	1392
1. Critérios de Agregação dos Trabalhadores no Sindicato	1392
A) Sindicatos por Ofício ou Profissão	1393
B) Sindicato por Categoria Profissional	1393
C) Sindicato por Empresa.....	1395
D) Sindicatos por Ramo Empresarial de Atividades	1396
2. Unicidade <i>versus</i> Pluralidade. A Unidade Sindical.....	1397
A) Unicidade no Brasil: modelo tradicional.....	1398
B) A Posição da Constituição de 1988.....	1398
C) Liberdade Sindical no Brasil: requisitos	1399
Garantias à Atuação Sindical	1399
IV. ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA ATUAL	1400
1. Estrutura Sindical	1402
A) Estrutura Externa	1402
Centrais Sindicais	1402
B) Estrutura e Funcionamento Internos.....	1404
2. Registro Sindical	1405
3. Funções, Prerrogativas e Receitas Sindicais.....	1406
A) Funções e Prerrogativas	1406
B) Receitas Sindicais.....	1408
V. GARANTIAS SINDICAIS.....	1409
1. Garantia Provisória de Emprego.....	1410
2. Inamovibilidade do Dirigente Sindical	1412
3. Garantias Oriundas de Normas da OIT	1413
VI. NATUREZA JURÍDICA DO SINDICATO	1414
VII. SINDICATO: RETROSPECTIVA HISTÓRICA.....	1416
1. Evolução Sindical nos Países de Capitalismo Central.....	1417
Autoritarismo e Refluxo Sindical.....	1421
2. Evolução Sindical no Brasil.....	1421
A) Período Inicial do Sindicalismo Brasileiro	1421
B) 1930: implantação e reprodução de modelo sindical.....	1423
Continuidade do Modelo nas Décadas Subsequentes	1426
C) Constituição de 1988: deflagração e aprofundamento de mudanças	1427

a) Avanços Democráticos.....	1428
Carta de Direitos	1429
b) Contradições Antidemocráticas.....	1430
D) Novo Modelo Sindical: democratização com garantias legais.....	1431
VIII. SINDICATO E DIREITO DO TRABALHO — AVALIAÇÃO	1432

CAPÍTULO XXXVI NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	1434
II. IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA	1435
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalhistas Democráticos	1436
A) Normatização Autônoma e Privatística	1437
B) Normatização Privatística Subordinada	1437
2. Parâmetros do Modelo Justrabalhista Autoritário	1438
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares.....	1439
III. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABA- LHO	1440
1. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: definição.....	1441
2. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: distinções	1443
IV. CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO — ASPECTOS CARACTERÍSTICOS... 1443	
1. CCT e ACT: normatização aplicável.....	1444
2. CCT e ACT: caracterização.....	1446
A) Legitimação.....	1446
a) Centrais sindicais	1447
b) Entes estatais.....	1448
B) Conteúdo.....	1449
C) Forma.....	1450
D) Vigência	1451
E) Duração.....	1451
F) Prorrogação, Revisão, Denúncia, Revogação, Extensão	1452
V. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO	1452
1. Denominação: dubiedades	1452
2. Caracterização	1453
VI. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS: EFEITOS JURÍDICOS	1454
1. Regras Coletivas Negociadas e Regras Estatais: hierarquia	1455
A) Hierarquia Normativa: teoria geral	1455
B) Hierarquia Normativa: especificidade justrabalhista	1456
Acumulação <i>Versus</i> Conglobamento	1457
2. Regras de Convenção e Acordo Coletivos: hierarquia	1459
3. Regras Negociais Coletivas e Contrato de Trabalho: relações.....	1460
A) Aderência Irrestrita (ultratividade plena)	1460
B) Aderência Limitada pelo Prazo (sem ultratividade).....	1461
C) Aderência Limitada por Revogação (ultratividade relativa).....	1461

VII. NEGOCIAÇÃO COLETIVA — POSSIBILIDADES E LIMITES.....	1463
VIII. DIPLOMAS COLETIVOS NEGOCIADOS: NATUREZA JURÍDICA.....	1466
1. Teorias Explicativas Tradicionais.....	1466
2. Contrato Social Normativo	1468

CAPÍTULO XXXVII A GREVE NO DIREITO COLETIVO

I. INTRODUÇÃO	1469
II. LOCAUTE.....	1470
1. Caracterização	1470
2. Distinções.....	1471
3. Regência Jurídica	1472
4. Efeitos Jurídicos.....	1474
III. O INSTITUTO DA GREVE	1475
1. Caracterização	1475
A) Caráter Coletivo do Movimento.....	1475
B) Sustação de Atividades Contratuais	1476
C) Exercício Coercitivo Coletivo e Direto.....	1477
D) Objetivos da Greve	1478
E) Enquadramento Variável de seu Prazo de Duração	1479
2. Distinções.....	1480
A) Figuras Próximas ou Associadas	1481
B) Formas de Pressão Social	1482
C) Condutas Ilícitas de Pressão	1482
3. Extensão e Limites.....	1483
A) Extensão do Direito.....	1483
B) Limitações ao Direito.....	1484
4. Requisitos	1486
5. Direitos e Deveres dos Grevistas.....	1487
A) Direitos dos Grevistas	1487
B) Deveres dos Grevistas.....	1488
6. Uma Especificidade: greve e serviço público.....	1488
Eficácia de Regra Constitucional: permanência de um debate	1490
a) Vertente Tradicional	1491
b) Vertente Moderna.....	1492
7. Greve: natureza jurídica e fundamentos	1495
A) Natureza Jurídica	1495
Outras Concepções.....	1497
B) Fundamentos	1499
8. Greve: retrospectiva histórico-jurídica.....	1499
9. Greve: competência judicial	1502

CAPÍTULO XXXVIII
ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO

I. INTRODUÇÃO	1503
II. MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO, HETERO-COMPOSIÇÃO	1503
1. Autotutela	1504
2. Autocomposição	1504
3. Heterocomposição	1505
A) Enquadramento Jurídico: controvérsias	1506
B) Métodos Existentes	1507
III. ARBITRAGEM NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1509
1. Distinções Relevantes	1509
2. Tipos de Arbitragem	1510
3. Arbitragem no Direito Individual do Trabalho	1512
4. Arbitragem no Direito Coletivo do Trabalho	1514
IV. MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1516
Conflitos Coletivos do Trabalho: tipos de mediação	1517
V. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	1517
1. Enquadramento Jurídico	1518
2. Dinâmica das Comissões de Conciliação Prévia	1519
BIBLIOGRAFIA	1523